

SANTOS, Patricia Teixeira. Fé, guerra e escravidão: uma história da conquista colonial do Sudão (1881-1898). São Paulo: Fap-Unifesp, 2013.

Por Murilo Sebe Bon Meihy[i]



Essa não é uma resenha convencional. Àqueles que desejam conhecer os principais argumentos e hipóteses que Patricia Teixeira Santos apresenta em sua obra sobre o Sudão sugiro o contato direto com o livro, sem mediadores. Por isso, esse texto não é uma resenha clássica, mas um convite à leitura de uma História que é ao mesmo tempo distante e vizinha de nós.

A História é retratada na cultura árabe-islâmica como um instrumento sedutor de encantamento do outro, seja quando empregada de maneira literária ou político-institucional. Para a sociedade árabe, saber utilizar as palavras e conceitos históricos de maneira atraente é uma postura sediciosa, o que transforma todo e qualquer discurso sobre o passado em um jogo sutil que deve produzir fascínio no receptor do discurso. Na literatura árabe clássica, as referências ao poder arrebatador da História são incessantes. A obra mais difundida da cultura árabe-islâmica, conhecida no Ocidente como “Livro das mil e uma noites”, reforça o sentido prodigioso da palavra bem empregada ao transformar a filha do vizir (Scherazade) em uma personagem ardilosa que, pela sedução da História bem contada, supera a tirania política do rei Shariar e altera seu destino fatal. Todas as noites ao se deitar com seu próprio algoz, Scherazade

converte o infortúnio em salvação recorrendo ao estratagema ainda hoje escasso aos historiadores arabistas: o de seduzir, respeitar e maravilhar o seu interlocutor. Ao longo de inúmeras noites em que a morte parecia ser o seu destino, Scherazade enfeitiça a todos, negociando ao final não somente a preservação de sua vida, como também a sua condição de rainha definitiva de um mundo mais livre e historicamente justo.

Ao constatar que o trabalho historiográfico é um modo sedutor de agir sobre o mundo, como sugere Scherazade, pode-se afirmar que o Sudão mahdista de Patricia Teixeira Santos é uma longa noite dentre mil e uma, que se realiza na escolha assertiva de um tema pertinente ao encantamento do leitor. Aqui, não há gênios salvadores, heróis mambembes, nem odaliscas vaporosas, mas sim a velha conhecida missão civilizadora da Europa ocidental fantasiada de fé, guerra e escravidão.

O Egito é o primeiro poder a costurar essa fantasia. Embalado pela busca por autonomia, os egípcios exerceram certa prática civilizatória no Sudão a partir do ajuste entre estruturas políticas e religiosas locais e a convivência com o discurso colonial anglo-francês. A narrativa egípcia sobre os sudaneses passou a combinar, portanto, a construção de estereótipos sobre os negros, com os execráveis conceitos europeus de “civilização” e “raça”. Não por acaso o Egito utilizava a estratégia europeia de caricaturar o outro a partir daqueles valores que não reconhecia em si mesmo, inventando uma miragem do Sudão como “oriental”. Nesse sentido, a língua árabe pode servir como um exemplo do caráter assimétrico de poder estabelecido no modo como os egípcios se referiam aos sudaneses, por meio da palavra árabe “abd” (عبد), sinônimo direto de “escravo”, “submisso” e “negro”.

Diante de um cenário colonial em que alguns africanos podem considerar-se senhores de outros, Patricia Teixeira Santos descortina a necessidade de se enfatizarem os processos de acomodação, resistência, conflito e negociação entre os egípcios e as diferentes populações do Sudão, valorizando categorias coloniais menos polarizadas do que a antiga perspectiva de se explicar o domínio sobre a África a partir das lógicas do colonizador e do colonizado. O resultado dessa maneira sensível de se conceber a força do colonialismo na África do século XIX é a valorização de atores sociais específicos da História sudanesa, entendida não como um vento que embaralha os cabelos de Sherazade, mas como um sopro que suavemente deixa revelar os alinhados fios que emolduram o rosto do Sudão: a sofrida princesa do Nilo.

Os primeiros atores sociais destacados Por Patricia Teixeira Santos são os traficantes de escravos, chamados nesse contexto de “jialabas”. A intenção da autora é mostrar claramente o papel estratégico da escravidão na construção de projetos de poder no Sudão do século XIX, e, para isso, há que se considerar que a escravidão não é um elemento a ser varrido para debaixo do tapete da História, principalmente porque, nessa parte do mundo, os tapetes costumam ser “voadores”.

Em seguida são os religiosos e funcionários coloniais europeus que surgem como partícipes de uma História transcontinental e fluida. A chegada de missionários cristãos às artérias da África revela o processo de internacionalização sofrido pelo Sudão a partir da crise de controle da região instaurada pela administração otomano-egípcia. Aos sudaneses não faltavam candidatos a senhores coloniais e as negociações de legitimidade de dominação envolviam o encravamento da cruz de Cristo no coração da África.

Se, por um lado, o cristianismo missionário é uma página a ser considerada na História do Sudão, o Islã também se faz presente por meio de instituições místicas próprias como as ordens sufis, de extrema importância para uma História africana complexa e reveladora. Desse modo, o trabalho de Patrícia Teixeira Santos tem o mérito de organizar a História do Sudão colonial pela aproximação de certas ordens sufis com as forças políticas mais poderosas, mostrando como as ordens Qadiriyya e Shadhiliyya estiveram ao lado do sultanato Funj, como as ordens Sammaniyya e Khathimiyya refletiam a influência reformadora do wahhabismo na sociedade local, e como outras ordens como a Majdubiyya, a Salihiyya e a Tijaniyya descreviam mais relações de poder na sociedade sudanesa.

Se cada um desses atores sociais é uma lágrima que escorre pela face de nosso Sudão-Sherazade, pode-se considerar que, para Patricia Teixeira Santos, o mais importante desses atores sociais é Muhammad Ahmad, ou o Mahdi de Allah, a lágrima que se transforma em sorriso.

O mahdismo é um movimento insurgente que em fins do século XIX escolheu o caminho das armas para retirar a administração anglo-egípcia do Alto Nilo. Seguindo práticas militares e formas de organização política e social do Islã original, as tropas do Mahdi tomaram o controle de amplas áreas do atual Sudão. Em 1898, os britânicos

conseguiram sufocar o Estado mahdista, mas por algum tempo não foram capazes de considerar a importância dessa corrente doutrinal sunita que defende a vinda no mundo de homens mais “bem guiados” por Deus do que a Rainha Vitória da Inglaterra.

Em 1881, fica evidente que o Mahdi consegue operar sua primeira baraka (تَكْرِيب - benção, ou poder espiritual) ao conquistar apoio de diversos setores da sociedade sudanesa para sua luta contra “turcos” e “nazarenos”. No geral, trata-se de um movimento de grande influência espiritual que toma para si a contestação do domínio otomano-egípcio e da interferência britânica em assuntos delicados do cotidiano sudanês, como a relação entre a diversidade étnica de sua população e o tráfico de escravos.

No interior do processo de negociação política entre tão diferentes atores, Patricia Teixeira Santos harmoniza esse emaranhado de práticas e figuras sociais com importantes conceitos da História e da Antropologia do colonialismo. A noção de “encontro colonial” desenvolvida por Talal Asad é um elemento norteador das reflexões sobre o quadro assimétrico de poder que confere sentido à formação do Sudão contemporâneo, e esse contexto ajuda a autora a analisar um dos mais importantes atores sociais discutidos em sua obra: o missionário católico italiano Daniele Comboni.

Estamos acostumados a discutir a imagem colonial da África a partir de relatos de viajantes, etnógrafos e funcionários coloniais que explicam os africanos pelos elementos geográficos e ambientais que distanciam a civilização dos europeus do barbarismo africano. Entretanto, Daniele Comboni, ainda que não totalmente distante dessa narrativa civilizacional sobre a presença europeia na África, não entende apenas a natureza como o principal fator que condiciona certos povos ao distanciamento civilizacional em relação à Europa, mas sim reforça que a principal ferida que sangra a África é o tráfico de escravos, expressão máxima da hipocrisia salvacionista de egípcios e europeus, exploradores históricos desse tipo de atividade econômica nefasta.

O que era para ser a salvação dos africanos pela expansão da fé católica transformou-se em uma disputa missionária colonial entre diferentes religiosos e impérios europeus. Enquanto França e Bélgica se instalavam na bacia do Congo recorrendo ao pleno desenvolvimento da escravidão, Daniele Comboni contava com o apoio da Áustria para instalar-se no Sudão por meio de seu projeto de fundação de

colônias antiescravistas. Aos olhos de Comboni, a lógica do bom selvagem de Rousseau deixava de ser uma ironia filosófica para transformar-se em fagulha de esperança para a expansão do cristianismo, quando, na verdade, as tímidas conversões de africanos eram motivadas pelo amparo que Comboni e seus missionários davam aos nativos que queriam proteger-se do tráfico de escravos.

No campo religioso, a Igreja de Comboni se autoinstituía o papel de “civilizadora dos povos”, sendo cada vez mais dependente da política de Papas como Leão XIII e sua defesa da interação entre missão e colonização no mundo contemporâneo. A aplicação desse princípio ao contexto social do Sudão colonial estabeleceu novos parâmetros para o contato entre cristãos e muçulmanos entre 1840 e 1880, estendendo essa maneira de se relacionar com o outro para o modo como os católicos deveriam interagir também com outros cristãos como coptas, sírios e protestantes em terras africanas. Daniele Comboni, já inspirado pelas resoluções do Concílio Vaticano I, optou pela estratégia de seduzir os norte-africanos por meio da instrução, do assistencialismo médico, do amparo aos órfãos, e da prioridade à catequese das crianças e dos escravos: as maiores vítimas da experiência colonial do século XIX.

O cuidado com a análise das estratégias de atuação dos missionários católicos no Sudão é um dos pontos mais significativos desse trabalho de Patrícia Teixeira Santos, que, para isso, promoveu sua própria “jihad” pela organização e análise de documentos eclesiásticos relacionados à escravidão e ao colonialismo, passando pelos pontificados de Gregório XVI, Pio IX e o já citado Leão XIII.

A importância de como lidar com a reflexão religiosa sobre a escravidão negra é uma tarefa urgente na historiografia brasileira. Em tempos sombrios em que deputados evangélicos brasileiros anunciam a crença de que os negros como descendentes de Cam são bíblicamente amaldiçoados, cabe destacar que já no século XIX Daniele Comboni comunicava aos diferentes povos africanos que o sangue de Cristo havia redimido toda a humanidade de qualquer maldição milenar.

Porém, se a sensibilidade antiescravista animava a missão cristã de Daniele Comboni, a dificuldade em enquadrar seu projeto civilizador à perspectiva nacional crescente no século XIX fez com que a ação missionária francesa fosse mais

competente na tarefa de inserir-se na globalidade do processo colonial em direção à África. Nesse sentido, o enfraquecimento da ação missionária de Comboni foi movido por obstáculos variados, chegando a sofrer sério revés com a ascensão do movimento mahdista e seu empenho em trazer para o Islã o maior número possível de cristãos, principalmente sírios e coptas. A consequência disso foi que a função dos católicos europeus foi sendo ressignificada no contexto do Estado mahdista, já que, por serem brancos, cumpriam melhor a função de mediadores entre os mahdistas e seu principal inimigo: o avanço do império britânico no Sudão.

Aos africanos não havia caminhos seguros. Ao se distanciarem da ingerência pontual das missões religiosas de Comboni, ficavam vulneráveis à escravidão. Se fugissem do tráfico de escravos em direção às colônias antiescravistas construídas pelas missões religiosas católicas, passariam pelo processo de imposição de práticas disciplinares, perdendo o controle sobre seus corpos e formas tradicionais de ação sobre o mundo. Como estratégia de evangelização das famílias africanas, as missões de Comboni passaram a privilegiar a atuação de missionárias mulheres: modelos mais completos de solidariedade e afeto facilmente reconhecidos por crianças e escravos domésticos em busca de proteção contra a escravidão. Além disso, as missionárias serviam como exemplos pedagógicos da função religiosa das práticas disciplinares, pois as freiras davam visibilidade ao modelo de disciplina e obediência corporal católica.

A abolição da escravidão ainda era o principal símbolo propagandístico do projeto civilizador europeu na África, até que as colônias antiescravistas católicas do Sudão se deram conta de que europeus de origem austríaca e italiana também se aproveitavam da atividade traficante. No Sudão do século XIX, assim como não se pode explicar sua História pela polarização entre colonizador e colonizado, também não há populações que possam revestir-se totalmente da condição de vítimas ou de algozes. A prática da escravidão era abertamente adaptável ao instável contexto político do Sudão colonial e acabava transferindo essa instabilidade à condição social dos africanos convertidos ao catolicismo missionário.

A morte de Daniele Comboni coincide, quase que misticamente, com a ascensão do Estado mahdista, em 1881. Em pouco tempo, o projeto de Comboni era refém de Muhammad Ahmad, o que instituiu a necessidade de uma negociação dos missionários na ordem social da Mahdiyya, sem deixar de considerar o Estado islâmico recém-criado

como a junção da barbárie africana com o fanatismo islâmico. A saída encontrada por grande parte dos missionários submetidos ao Estado mahdista foi a inserção dos mesmos na globalidade do processo colonial britânico: a única força capaz de rivalizar com Muhammad Ahmad nos anos que se seguiram à morte de Comboni. Enquanto os ingleses rasgavam a África para a construção de suas estradas de ferro, havia uma esperança para o projeto civilizador europeu. Mas, ao mesmo tempo em que os ingleses impunham a necessidade de diferentes povos do Sudão se deslocarem para a construção de suas ferrovias, Muhammad Ahmad ia conquistando alianças com os diversos nativos, o que lhe garantiu a sobrevivência do Estado mahdista até 1898, mesmo após a morte do Mahdi.

A capacidade de acordos e pactos com a população sudanesa descontente com a administração de otomanos, egípcios e britânicos foi apenas um dos elementos de sobrevivência do Estado mahdista. Ademais, Patricia Teixeira Santos salienta que, para além da dimensão religiosa, a experiência militar das ordens sufis do Sudão, dos traficantes aliados, e o contato com o armamento e as técnicas dos exércitos europeus garantiram à Mahdiyya o status de legítima fração da História plural sudanesa. Não obstante, essa condição híbrida do Estado mahdista foi reforçada pelo destino das missionárias e da participação das mulheres no interior dessa conjuntura política, já que o casamento impositivo das freiras e uma nova ação disciplinar dos corpos aos padrões islâmicos criavam um confronto inevitável entre a moral do mundo católico europeu e a do mundo islâmico africano. Essas diferenças se realizavam, sobretudo, no fato de que enquanto o papel social da mulher é construído no catolicismo pela valorização da castidade, no Islã a disciplina moral feminina se revela na condição de esposa e mãe, o que obriga as mulheres convertidas à prática sexual autorizada pelo casamento.

As tensões entre mundos tão competitivos pelo controle do Sudão colonial criaram uma reorientação dos projetos missionários católicos. O Egito serviu como base de uma reconfiguração da ação missionária baseada na necessidade de se criar uma exemplaridade de contraposição ao modelo moral-religioso da Mahdiyya, sempre considerando as imposições e interesses da nova força política e militar da Europa no Sudão: o colonialismo britânico.

Muitos são os temas instigantes discutidos por Patricia Teixeira Santos em sua obra “Fé, guerra e escravidão: uma história da conquista colonial do Sudão (1881-

1898)”. Entrar nos pormenores do cuidado com que a autora torna palatável ao leitor o vocabulário religioso e político islâmico do Sudão, e ressaltar os demais temas e méritos dessa obra seria como forçar o amanhecer do dia nas infinitas noites em que Sherazade era com suas histórias, a lua mais brilhante.

Nesse momento, como expressão de meu contentamento pela honra de ser o mascate libanês que bate de porta em porta a oferecer a todos o saboroso livro de Patricia Teixeira Santos, posso anunciar com total convicção: “pode chegar freguês... É noite... e o Sudão-Sherazade vai começar a maior de suas novas histórias.”

“Chukran jazilan” (ارکش ليزج)... Obrigado.

Notas

[i] Doutor em Estudos Árabes pela USP e Professor de História Contemporânea da UFRJ.